

Memória, documentação de saberes e formação de professores / pesquisadores indígenas

Memory, documentation of knowledge and training of indigenous teachers / researchers

DOI:10.34117/bjdv7n3-393

Recebimento dos originais: 08/02/2021

Aceitação para publicação: 16/03/2021

Maurides Macêdo

Pos-Doutorado em Direitos Humanos pela Universidade do Texas. Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em Direito Processual Penal pela UFG. Especialista em Política Social pela PUC-GO. Bacharel em Direito pela PUC-GO, Licenciada em História pela PUC-GO. Professora titular na UFG. Professora no Doutorado/Mestrado Interdisciplinar em Derechos Humanos da Universidade Federal de Goiás. Advogada.

E-mail: maurinha1312@hotmail.com.

Rosani Moreira Leitão

Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília e mestre em educação pela Universidade Federal de Goiás. Pesquisadora do Museu Antropológico, docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos e Docente colaboradora da Licenciatura em Educação Intercultural da UFG.

RESUMO

O texto foi inspirado em uma experiência vivenciada em um curso de licenciatura em educação intercultural de formação de professores indígenas na Universidade Federal de Goiás, quando foram realizadas discussões teóricas e exercícios práticos visando a compreensão dos conceitos de memória e documento, sobretudo de documento oral como fonte histórica. Foram exploradas distintas possibilidades de uso de narrativas orais como documentos históricos em pesquisas voltadas para a documentação de saberes indígenas tendo pesquisadores indígenas como protagonistas.

Palavras-chave: Memória, História oral, documentação de saberes

ABSTRACT

The text was inspired by an experience lived in a degree course in intercultural education for the formation of indigenous teachers at the Federal University of Goiás, when theoretical discussions and practical exercises were carried out aiming at understanding the concepts of memory and document, especially of oral document such as historical source. Different possibilities of using oral narratives as historical documents were explored in research aimed at documenting indigenous knowledge with indigenous researchers as protagonists.

Keyword: Memory, Oral history, knowledge documentation

1 APRESENTAÇÃO

A inspiração para a escrita deste artigo decorre de uma experiência em atividades do curso de Licenciatura intercultural do Núcleo Takinahaky da Universidade Federal de Goiás. Trata-se de um curso de formação de professores indígenas que foi criado na UFG, desde 2007, para atender a demandas de povos indígenas das regiões dos rios Araguaia e Tocantins (Brasil Central) por formação superior para seus professores. Administrativamente é vinculado à Faculdade de Letras, mas possui um projeto pedagógico distinto dos demais cursos de graduação desta Faculdade e dos outros cursos de licenciatura da UFG em geral. A proposta foi elaborada após um longo processo de interlocução e negociações com as comunidades indígenas desta região, seus professores e suas lideranças. Dada a sua especificidade e sua consolidação como projeto inovador, para organizar, dinamizar e sediar suas atividades pedagógicas e administrativas foi criado o Núcleo Takinahaky de Formação Superior Indígenas, espaço acadêmico que também ganhou um edifício próprio em 2010. Atualmente, 23 povos, ou etnias indígenas estão representados entre os estudantes.

Considerando os saberes, as culturas e as formas próprias de conhecimento dos povos indígenas da região foi construída uma proposta pedagógica com princípios decoloniais, já que pretende proporcionar condições de livre manifestação e construção do conhecimento a partir das experiências culturais e das histórias de cada povo presente neste espaço de formação, possibilitando a documentação dos seus saberes através da escrita, a valorização dos conhecimentos tradicionais e a participação dos sábios e especialistas indígenas no processo de formação dos alunos/professores. Assim, considerando as realidades socioculturais dos povos envolvidos, seus sistemas de conhecimentos e expectativas de formação universitária, foi organizada uma matriz curricular formada por temas contextuais (em lugar de disciplinas) e por três grandes áreas: ciências da natureza, ciência da linguagem e ciência da cultura, nas quais os estudantes podem se especializar após um período de formação básica comum.

São princípios orientadores do projeto e das práticas pedagógicas, as noções de interculturalidade; compreendida não apenas como relação entre culturas, mas como diálogo intercultural e troca de saberes, sem hierarquias; e transdisciplinaridade, rompendo com uma organização curricular que fragmenta o conhecimento em disciplinas isoladas e organizando todo o conteúdo em temas contextuais. Os temas contextuais, ao contrário das disciplinas, que são especializadas, são abrangentes sendo apenas pontos de partida significativos que permitem o caminhar em muitas direções, explorando qualquer área de

conhecimento e construindo saberes a partir dos mesmos. As reflexões ora apresentadas decorrem da experiência de trabalho com o tema museologia e documentação de saberes, que compõem a matriz curricular da licenciatura em questão.

2 A EXPERIÊNCIA, SEUS PROPÓSITOS E A DOCUMENTAÇÃO SABERES POR PESQUISADORES INDÍGENAS

O curso foi desenvolvido em 32 horas concentradas em uma semana intensiva de trabalho, no mês de julho de 2014. *Museologia e documentação de saberes* foi incorporado à matriz curricular a partir da compreensão de que o domínio teórico-prático desse tema e do seu campo de atuação seria importante para a formação dos estudantes / professores indígenas, uma vez que os mesmos pretendem documentar os saberes dos suas sociedades, usando como instrumento a escrita e como principal fonte a memória dos seus sábios e anciãos.

A maioria dos estudantes já atuam como professores em suas aldeias e vem a Goiânia nos períodos intensivos de aula, que coincidem com as férias escolares. Muitos deles expressam o desejo de criar instituições museológicas, ou espaços culturais em suas escolas e em suas comunidades, com o interesse de documentar conhecimentos e salvaguardar suas memórias contribuindo para o fortalecimento cultural dos seus povos, além de possibilitar maior geração de renda, por meio da produção artesanal e da comercialização de produtos culturais.

O curso sobre o tema *Museologia e documentação de saberes*, tem como principais objetivos possibilitar aos estudantes a compreensão de conceitos e o conhecimento de metodologias referentes à pesquisa, à documentação, à salvaguarda e à gestão de acervos culturais em museus, bem como à prática de documentação de saberes como instrumento de valorização, difusão e salvaguarda do patrimônio cultural dos povos indígenas e de fortalecimento de suas identidades.

Entre os objetivos específicos pretendia, proporcionar aos estudantes: a) o conhecimento dos distintos tipos de museus e espaços museológicos, suas características e objetivos, aprofundando a discussão sobre os museus comunitários e museus indígenas; b) Experimentar procedimentos básicos de pesquisa, documentação, conservação, salvaguarda e gestão de acervos culturais em museus; c) discutir princípios teóricos referentes à documentação dos saberes a partir das memórias e exercitar metodologias de documentação de saberes indígenas relacionando-os aos contextos culturais dos alunos e aos seus temas dos pesquisas e estágios.

Neste artigo, tratamos mais especificamente da relação entre memória, oralidade e documentação de saberes a partir dos propósitos do curso, das práticas possibilitadas no âmbito do mesmo e dos diálogos, reflexões e contribuições dos alunos no que se refere ao assunto.

Através de aulas teórico-práticas, os estudantes e professoras tiveram a oportunidade discutir os conceitos relacionados aos museus, suas tipologias, a história dessas instituições e seus campo de atuação, com ênfase nos museus comunitários. Estes últimos, ao contrário dos museus tradicionais, que são organizados considerando normas técnicas internacionais e criados por equipes especializadas, são instituições mais simples, criadas a partir do esforços comunitários, como espaços de construção de autonomia, de geração de renda e de empoderamento político, assumindo importância também na documentação dos saberes comunitários e narração das histórias e das memórias de suas sociedades, a partir da perspectiva indígena. Neste contexto, a tradição oral e a memória dos anciãos adquirem fundamental importância.

Formavam a turma estudantes pertencentes a oito povos indígenas diferentes, cada um com suas especificidades culturais e linguísticas. Todas as atividades realizadas (leituras e discussões de textos, oficinas e aulas práticas de documentação de acervos etnográficos, exibição e discussão de vídeos sobre o assunto tratado; visitas a diferentes instituições museológicas de Goiânia), tiveram como objetivo pensar possíveis espaços culturais conforme a experiência socio-cultural de cada povo ali representado. Uma das atividades realizadas se caracterizou por discussões e reflexões sobre o que seria o patrimônio cultural de cada uma dessas sociedades, realizando trabalhos em grupos formado por etnias, que resultou em um mapeamento / inventário dos bens culturais que formariam esses patrimônios. Discutiui-se também sobre os saberes, ou conjuntos de conhecimentos, referentes a esses bens culturais.

3 A RELAÇÃO MEMÓRIA E ORALIDADE NA HISTORIOGRAFIA

Iniciamos a reflexão sobre memória situando o tema na historiografia, como mostraremos a seguir.

O uso do documento oral na pesquisa histórica surgiu com o advento do gravador e teve início nos EUA na década de 1940, e passou a ser utilizado no meio acadêmico de vários países na década de 1950. Inicialmente foi utilizada para fazer a história de elites e a partir das décadas de 1960 e 1970 nos EUA e Inglaterra. Este foi um instrumento bastante

utilizado por historiadores militantes que faziam pesquisas sobre o holocausto judeu, imigrantes, feminismo, minorias e movimento operário.

E como isso se deu no Brasil?

No Brasil essa metodologia foi iniciada na Fundação Getúlio Vargas na década de 1970, num projeto financiado pela fundação Ford, que visava reconstituir a história da elite política brasileira. Na década de 1980, foi utilizada em alguns trabalhos acadêmicos esporádicos. Somente na década de 1990 os debates teórico-metodológicos sobre esse assunto se iniciaram no Brasil. A partir de então ganhou legitimidade e espaço nas academias, passando a ser largamente utilizada nas pesquisas acadêmicas até a atualidade. (MEIHY, 1996).

A partir do momento em que teve início a utilização desse documento nas pesquisas históricas, a Memória e suas relações com a História, passaram a ser discutidas nas pesquisas acadêmicas, e isso se deu também no Brasil. Obras de estudiosos da memória como Bergson (1996), Halbwachs (1990), Thomson (1997), Thompson (1992) e, no Brasil, Bosi (1994), tornaram-se de extrema importância para o desenvolvimento das pesquisas na área da História, por parte daqueles que usam como fonte de suas pesquisas, a entrevista.

O estudioso de memória, e suas relações com a história, que mais influenciou os estudos nessa área foi Maurice Halbwachs, que desenvolveu uma teoria psicossocial que estuda as relações entre memória e história pública. Ele estuda “os quadros sociais da memória” a “memória coletiva”, conectando a memória da pessoa à memória do grupo. (HALBWACHS, 1990). Para ele a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo. Portanto a memória da pessoa está associada a memória do grupo ou seja a memória coletiva de cada grupo social. Assim a memória tem uma substância social. O indivíduo recorda porque pertence a um grupo social. Portanto, se lembramos é porque os outros nos fazem lembrar, e o caráter livre e espontâneo da memória é excepcional (HALBWACHS, 1990).

Na mesma linha de pensamento, Eclea Bosi, diz que:

Somos de nossas recordações apenas uma testemunha, que as vezes não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme a nossa visão. O encontro com velhos parentes faz o passado reviver com um frescor que não encontraríamos na evocação solitária. Mesmo porque muitas recordações que incorporamos ao nosso passado não são nossas: simplesmente nos foram relatadas por nossos parentes e depois lembradas por nós. O encontro com velhos parentes faz o passado reviver com um frescor que não encontraríamos na evocação solitária. Mesmo porque muitas recordações que

incorporamos ao nosso passado não são nossas: simplesmente nos foram relatadas por nossos parentes e depois lembradas por nós. (BOSI, 1994, p. 407).

Outro ponto central do trabalho de Halbwachs foi mostrar que a memória não tem caráter livre e espontâneo. Ao contrário a memória lembrança é uma “reconstrução” do passado, onde o sujeito repensa, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. As lembranças, portanto são reconstruções do passado, com as referências que o sujeito tem no presente. É como ler um livro aos 20 anos e aos 40 anos. A releitura vai ser diferente. O livro não mudou, mas o leitor mudou com suas experiências de vida, então ele lê o livro de outro modo. Assim é a experiência de lembrar/reconstruir o passado.

Sobre memória, história e tempo Halbwachs afirma que o tempo da história é esquemático (por exemplo a divisão da história em História Antiga, História Medieval História Moderna, História Contemporânea), exterior ao sujeito e está ligada a um quadro de acontecimentos, enquanto o tempo da memória é interno ao indivíduo e se refere a fatos significantes na vida da pessoa ou grupo (por exemplo greve na fabrica, morte em família). Refletindo sobre o compasso social do tempo percebe-se que as lógicas temporais são diferentes, conforme as experiências culturais de cada povo ou grupo social. O ciclo dia e noite é vivido por todos os grupos humanos mas, têm, para cada um, sentidos diferentes. Entretanto, há algo em comum: o tempo social absorve o tempo individual que se aproxima dele. Cada grupo vive diferentemente o tempo da família, o tempo da escola, o tempo do escritório (Bosi, 1994, p. 418). Em contextos diferentes o tempo não corre com a mesma exatidão. Em sociedades agrárias e comunidades tradicionais os marcadores de tempo podem ser outros, diferentes dos usados nas sociedades urbanas e de tradição ocidental. Nestas, os marcos organizadores da memoria social e individual, podem ser acontecimentos mais cíclicos dos que lineares. Por exemplo, o tempo dos rituais, o tempo do plantio e das colheitas, época de chuva época de seca, cheia e baixa dos ríos, as fase da lua.

Outra ponto muito importante para o trabalho com a memória é a especificidade da memória dos velhos. Usualmente entrevista-se velhos para a pesquisa histórica, e muitos questionam a validade dessa memória. Mas, a maioria dos historiadores orais vêm isso como um falso problema, já que:

na memória dos velhos é possível verificar uma história social bem desenvolvida, pois eles já atravessaram um tipo de sociedade, com características bem marcadas, e conhecidas, já viveram quadros de referência familiar e cultural... Ao lembrar o passado o velho está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua

vida... No momento da velhice social, resta-lhe a função própria: a de lembrar → A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade. (Bosi, 1994, p. 60).

Embora tenha sido utilizada para escrever a história de elites políticas, a pesquisa histórica que utiliza a documentação oral tem sido muito valiosa para aqueles que trabalham com grupos desprivilegiados que não tiveram oportunidade de registrar na escrita sua própria história por falta de letramento ou por falta de oportunidade de fazer registros escritos de sua existência. Por isso ela é chamada também de uma história “vista de baixo”, uma história sob a perspectiva das classes subalternas e/ou excluídas da sociedade, que através de entrevistas e memórias permitem a refacção do passado de grupos que tiveram suas histórias silenciadas. Daí ser uma ferramenta ótima para aqueles que fazem uma história engajada que visa “dar voz” aos silenciados e escrever a história através da memória dos próprios atores da história, tornando suas vozes documento.

No lugar de trabalhar com o documento silencioso do arquivo, na história oral os pesquisadores em parceria com os protagonistas da história, produzem e, ao mesmo tempo, trabalham a memória convertida em documento. Documento que torna possível conhecer não só o que os entrevistados fizeram "*mas o que queriam fazer, o que acreditavam estar fazendo e o que agora pensam que fizeram*" (PORTELLI,1995).

4 DOCUMENTO, MEMORIA, ORALIDADE E HISTORIA

Para refletir sobre memória, oralidade e história oral, partimos das contribuições dos estudantes motivadas por leituras e discussões de textos de autoria Ecléa Bosi (1994), Maurice Halbwachs (1990) e Paul Thompson (1992 e 1997). Para tratar de procedimentos metodológicos de pesquisa e de documentação das memórias, procurando estabelecer um diálogo entre as formas de transmissão e de construção de conhecimentos próprios das sociedades ali representadas, iniciamos por discutir a noção de documento e suas classificações, conforme os autores mencionados, de acordo com os princípio da história oral e pensando a oralidade como documentos. Os passos foram os seguintes: Primeiro trabalhar o conceito e classificação de documento; segundo, refletir sobre documento oral como fonte histórica; terceiro discutir o conceito de memória presentes nos textos lidos e cotejada pelas concepções indígenas sobre memória construídas no diálogo com os estudantes; quarto evidenciar a relação entre memória e história na historiografia e nas teorias indígenas que foram evidenciadas; quinto refletir como as questão discutidas poderiam contribuir na elaboração de projetos e construção de centros comunitários de

memória nas aldeias, partindo de suas próprias vozes, de estilos pedagógicos e narrativas próprias dos estudantes¹.

É indiscutível que a memória através da oralidade, é um documento muito importante para aqueles que pesquisam história do tempo presente. Atualmente os pesquisadores em história não trabalham mais com uma ideia positivista utilizando apenas o documento escrito, como objeto de análise. Principalmente aqueles, que se dedicam à história do tempo presente, ampliaram muito o seu leque do que pode ser considerado documentos: escritos, visuais e sonoros, objetos, entre outros. (BELLOTO, 1991).

Mas, o que seria um documento? O que pode ser considerado documento? Quais os tipos de documento? Se temos uma variedade de tipos de documentos, eles podem ser classificados sob diferentes perspectivas. Os considerados centros de documentação em geral tais como bibliotecas, arquivos, museus e centros culturais, mantendo algumas semelhanças, adotam conceitos e procedimentos distintos, conforme a natureza dos seus acervos. Documento seria todo e qualquer suporte material ao qual se pode atribuir a existência de um conteúdo informacional². Claro que a memória é de natureza imaterial e esse conteúdo informacional não possui por si uma materialidade. Entretanto, a mesma será obtida pela conversão da memória em documento, por meio de uma gravação em áudio ou em vídeo, de um registro fotográfico ou de registros escritos em forma de anotações.

Mas, de modo geral, um documento é composto de duas partes: suporte e conteúdo informacional. O suporte corresponde ao material em que a informação está contida, por exemplo: um papel, um filme, uma fita cassete, a internet ou uma pintura (GUINCHAR; MENU, 1994). A referência ao suporte define a classificação dos documentos. Quanto ao gênero, um documento pode ser: textual manuscrito, datilografado, digitado e impresso, cartográfico ou filmográfico, entre outros. Quanto ao conteúdo informacional diz respeito a informação contida no suporte de cada documento e que pode possibilitar a leitura e interpretação deste documento. Um documento pode ser lido e interpretado de diferentes modos a partir do tipo de pesquisador que o utiliza, a partir da perspectiva de cada pesquisador que o analisa, atribuindo a ele conteúdos informacionais distintos (MIGUEL, 1993).

¹ Uma versão preliminar desse trabalho foi apresentada no X CIDU (Congresso Iberoamericano de Docência Universitária) realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul, no período de 31 de outubro a 01 de novembro de 2018.

² Baseado em citação do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, 2010, p.

Tendo em vista que documento é composto de conteúdo informacional e suporte, a consideração da documentação oral na pesquisa histórica é decorrência, pelo menos em parte, dos avanços tecnológicos que ampliaram os tipos de suportes do documento, que já não são mais apenas suportes escritos, mas também orais, sonoros e/ou visuais. O uso da documentação oral tem contribuído para preencher lacunas deixadas pelas fontes escritas, mas também para enriquecer o diálogo entre pesquisadores e seus interlocutores no processo de investigação. E quando se fala em documento oral e história é necessária uma reflexão sobre memória, já que a mesma é uma importante fonte de informação e de conhecimentos. A concepção de documento oral amplia o diálogo entre passado e o presente, através das memórias do sujeito que fala sobre suas lembranças.

Atualmente os historiadores, que trabalham a história recente, têm trabalhado com documentos orais fazendo ou não triangulações com documentos escritos e visuais. Isso tem enriquecido a narrativa histórica, pois têm permitido que muitos protagonistas vivos da história possam falar sobre seu passado, de suas experiências como sujeitos e conhecedores da história (THOMPSON, 1992).

Deve-se trabalhar a memória, percebendo-a como uma reconstrução do passado, portanto carregada de emoções e vivências. Por isso, deve-se ir além da simples indagação de como determinado fato aconteceu e perquirir sobre o por quê aconteceu, o que era esperado disso e como esse fato é avaliado hoje, pelos seus protagonistas.

O trabalho de pesquisa deve nortear-se, sobretudo, pela memória de alguns sujeitos dentre os muitos que participaram da construção de uma determinada sociedade. E quando se trabalha com história oral "*o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes*" (AMADO, FERREIRA, 1996, p 6).

É importante explorar a riqueza dos depoimentos procurando apreender o significado que os fatos tiveram para os narradores, entender como eles interpretam estes fatos e explorar a diversidade das interpretações, diferenças e contradições contidas nas narrativas fazendo também uma triangulação entre documento oral e escrito.

Nesse caso, trabalha-se com a memória buscando os seus significados. A memória se transforma com o tempo, através das experiências vividas pelo sujeito e das circunstâncias presentes. Esses fatores norteiam o processo de sua reconstrução de modo a dar sentido à vida dos sujeitos que a retêm, tanto no passado como no presente³. É o que Alistair Thomson (1997) chama de composição. Por isso deve se analisar a memória

buscando entender atentamente a sua composição e, através dela, os significados atribuídos à experiência e sentimentos que cada sujeito viveu dentro do grupo.

A memória pessoal tem sempre algo em comum com a memória coletiva compartilhada por um determinado grupo, mas guarda sua individualidade, e esta parte individual da memória, que cada sujeito tem, e que é diferente das demais, pode tornar-se muito rica para o historiador porque permite uma acareação, um confronto com aquela história coletiva, já pronta e acabada.

Recolhe-se palavras e com elas os sentimentos daqueles sujeitos que partilharam uma história comum. Assim deve-se explorar as memórias dos interlocutores, fazendo um confronto entre o que as várias memórias justapostas têm em comum e o que as memórias pessoais detêm para si, para, a partir daí, entender os significados de fatos passados para seus protagonistas.

Trazendo essa discussão para os contextos das sociedades indígenas que tiveram, por muito tempo, as suas histórias e saberes desconsiderados por uma concepção ocidental hegemônica de história e de conhecimento científico, muitas vezes o documento oral é a única alternativa para reconstruir narrativas a partir das perspectivas dessas sociedades.

4.1 “OS VELHOS SÃO NOSSAS BIBLIOTECAS”: MEMÓRIA DE VELHOS, HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DE SABERES INDÍGENAS

“Os velhos são nossas bibliotecas”. Sempre que trabalhamos com estudantes indígenas, ouvimos muitas vezes essa expressão. Eles afirmam recorrentemente que os conhecimentos de suas sociedades não estão registrados através da escrita. Por se tratarem de sociedades de tradição oral, acredita-se que tais conhecimentos estão armazenados na cabeça dos velhos e daqueles que são considerados sábios. Os velhos seriam os guardiões, por excelência, desses estoques mentais de conhecimentos, tendo por isso um papel muito importante na formação das gerações jovens e na transmissão dos saberes que trazem sistematizados na memória.

Entretanto, com a introdução da instituição escolar nas aldeias indígenas, tendo como parâmetro o modelo de educação ocidental imposto compulsoriamente, os anciãos perderam muito da sua importância como educadores, enquanto esse papel foi sendo gradualmente assumido pelos professores jovens e escolarizados, e a escrita foi ocupando esse lugar de registro e sistematização dos conhecimentos. Assim, os saberes próprios das tradições indígenas vão desaparecendo, e com eles vão embora visões de mundo, filosofias, ciências e pedagogias específicas.

Por isso, os estudantes, que também são professores em suas aldeias, acreditam que, diante de mudanças tão aceleradas nos dias atuais, é urgente e necessária a documentação desses saberes através da escrita. E como, na qualidade de professores e de representantes de uma primeira geração de indígenas, que tem acesso a formação universitária no Brasil, assumem para si essa tarefa de documentar os saberes de suas sociedades.

Percebemos aqui significativos pontos de encontros entre os conceitos e teorias da literatura estudada sobre memória, documento oral e história e as teorias e conceitos indígenas. O principal deles se refere à memória dos velhos como lugar de guarda e sistematização dos conhecimentos. A expressão “os velhos são nossas bibliotecas” é uma clara referência à memória dos velhos como fontes de conhecimentos, e à oralidade como instrumento de narrativa e expressão desses conhecimentos.

Tanto para Halbwachs como para Bosi, existem diferenças fundamentais entre a memória de jovens e a memória dos velhos. Os primeiros, ocupados com suas atividades cotidianas vivem de uma forma acelerada, sempre planejando e projetando o futuro. Muito raramente se detêm para pensar no passado. Já os velhos, tendo longa experiência de vida, tempo livre, e menor perspectiva de vida futura, assumem essa atribuição de lembrar, organizar, sistematizar e guardar a memória. Assim, se enganam aqueles que pensam que os velhos já não têm ocupação, pois a sua ocupação é lembrar organizando e sistematizando essas lembranças. Por isso a história de vida é ressignificada a partir do presente.

Assim, a história de vida é uma técnica de pesquisa recorrentemente utilizada pelos pesquisadores que se dedicam aos estudos sobre a memória e história oral, adquirindo também fundamental importância para os pesquisadores indígenas na sua tarefa de construir e recontar as histórias de suas sociedades, a partir dos olhares das mesmas, tendo os velhos como principais interlocutores.

Enfim, as discussões sobre memória, oralidade e história foram pontos altos no desenvolvimento do curso, tratando-se de documentação dos saberes indígenas, tendo sido possível vislumbrar pontos de intersecção entre as distintas tradições e diferentes visões de mundo ali representadas, evidenciando possibilidades de diálogos entre distintos estilos de pensamento e diferentes formas de conceber e de construir conhecimentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutimos no decorrer do texto o uso da memória como fonte de pesquisas e como documento, estabelecendo relações entre memória, história e documentação dos saberes e das ciências indígenas.

No caso da memória histórica, pode ser uma ferramenta básica para essas comunidades escreverem, eles mesmos suas próprias histórias, apoiadas nas memórias dos ancestrais e dos velhos, sábios e guardiões de tradições de suas comunidades. E pode ser um importante instrumento para subsidiar a criação de lugares de memória como museus, memoriais e centros culturais, que podem ser construídos a partir das vozes e memórias coletivas de cada comunidade de cada povo ou sociedade.

Dentre várias fontes da pesquisa histórica, priorizamos nessa reflexão, a fonte oral, por acreditarmos ser essa a mais profícua na construção e transmissão de conhecimentos entre as sociedades indígenas devido ao seu pertencimento a tradições orais. Acreditamos que esse relato de experiência pedagógica compartilhada com professores/estudantes indígenas da licenciatura em educação intercultural da UFG, possa servir de algum modo para a elaboração de pesquisas sobre suas histórias e sistemas de conhecimentos de cada povos indígena, em geral, bem como para subsidiar a construção de lugares de memória, tais como centros culturais e de memória e espaços museológicos.

Na experiência analisada, não se trata de “dar voz” ao outro ou aos que foram silenciados compulsoriamente. Não se trata também de tornar suas vozes documentos, o que ainda os concebe como informantes e não como interlocutores. Trata-se de contribuir, através de um diálogo intercultural simétrico, com a formação desses outros como professores/pesquisadores para que construam eles mesmos suas próprias escritas, dando visibilidades às suas memórias e histórias. Nessa relação, o diálogo intercultural é o mais importante instrumento pedagógico proporcionando benefícios mútuos, já que na Universidade, os estudantes indígenas não só aprendem e se formam, mas também contribuem com esses espaços acadêmicos compartilhando com eles os seus saberes, seus conhecimentos e suas ciências.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- CHAGAS, Mário. Museu, Memória, Educação e Patrimônio. in *Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia*. IPHAN. Rio de Janeiro, 2004.
- FERREIRA, Marieta de Moraes, *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1994.
- GALLOIS, Dominique Tilkin. Materializando saberes imateriais: experiências indígenas na Amazônia Oriental. *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v.4, n.2, p.95-116, dez. 2007.
- GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. Os museus etnográficos, os povos indígenas e a antropologia: reflexões sobre a trajetória de um campo de relações. (periodicos.usp.br).
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice. 1990.
- LEITÃO, Rosani Moreira. *Educação Intercultural, Saberes Tradicionais e cosmologias indígenas*. Trabalho apresentado na X Reunião de Antropologia do Mercosul, realizada em Córdoba, Argentina, em julho de 2013.
- [MACÊDO, Maurides](#). Cultura Escolar e Memória Escolar: Desafios e Pressupostos da Pesquisa em História da Educação. *EDUCATIVA (GOIÂNIA. ONLINE)*, 2015.
- MEIHY, José Carlos S. Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MIGUEL, Maria Lúcia Cerutti. A fotografia como documento: uma instigação à leitura. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.6, n.1-2, jan-dez. 1993.
- PORTELLI, Alessandro. *A morte de Luigi Trastulli e outrahistórias: Forma e significado nahistória oral*. Tradução de Terezinha Janine Ribeiro. Mimeo PUC/SP, 1995.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, Poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*. Vol. 17, no. 37, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo; Editora Cortez. 2010.
- SILVA, Aracy Lopes. VIDAL, Lux B. S Sistema dos objetos nas Sociedades Indígenas: arte e cultura material. A Temática indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo/Brasília: 1995. GALOIS, Dominique Tilkin (Org.) Patrimônio Cultural imaterial e povos indígenas: exemplos no Amapá e Norte do Pará. IEPÉ, 2006.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado - História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. Descobrimo a memória: Questões sobre as Relações da História e da Recordação. São Paulo, *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História PUC-SP*, vol. 15 1997.

UNESCO. Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, UNESCO, 2001 e Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, UNESCO, 20 de outubro de 2005.

VELTHEM, Lucia Hussak van. *Museus, coleções, exposições e povos indígenas*. Em questão. Porto Alegre: v. 24, n. 2, maio/agosto de 2018. 18 páginas. (ser.ufrgs.br).